



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

CONHECIMENTO TEÓRICO-PRÁTICO SOBRE PRIMEIROS SOCORROS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO EM SÃO LUÍS E PAÇO DO LUMIAR, MARANHÃO, BRASIL

Hiana Cristina Silva de Carvalho, Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues, Carlos David Veiga França, Mariana Rios da Silva, Carlos Gustavo Martins Silva, Angélica Christina Pinto Ferreira Veiga, Victor Matos Martins, Wanderson Braga dos Santos, Jorge de Jesus Passinho Segundo, José Henrique Medeiros Nascimento, Wellington Cardoso da Silva, Maria Amália Trindade de Casto, Scarlett O'Hara da Conceição Silva



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n2p787-803>

Artigo recebido em 15 de Fevereiro e publicado em 15 de Abril de 2026

ESTUDO DE CASO

RESUMO

O aumento dos casos de engasgo no Brasil, especialmente entre crianças, evidencia de forma preocupante a necessidade de capacitação contínua em primeiros socorros no ambiente escolar. A Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, estabeleceu diretrizes obrigatórias para formação de professores e funcionários de instituições de ensino. No entanto, apesar do avanço normativo, persistem desafios significativos quanto à implementação prática e efetiva dessas medidas, sobretudo em escolas públicas localizadas em áreas socialmente vulneráveis. Este estudo teve como objetivo analisar o conhecimento teórico e prático dos profissionais das creches e escolas municipais de São Luís e Paço do Lumiar acerca do atendimento inicial em situações de emergência, com ênfase na Obstrução das Vias Aéreas por Corpo Estranho, uma das principais causas de acidentes graves e óbitos evitáveis na infância. Trata-se de pesquisa classificada como abordagem mista quali-quantitativa, realizada com 193 profissionais durante capacitação ofertada pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão. Os dados foram coletados por meio de formulários eletrônicos e impressos, possibilitando a análise do perfil, da percepção e do nível de preparo dos participantes. Os resultados revelaram deficiências relevantes: 62% dos participantes não se sentiam preparados para atuar em nenhum tipo de emergência; 74% desconheciam o Plano de Ação em Emergência; e 73% não tinham acesso a um kit de Atendimento Pré-Hospitalar nas unidades escolares. A avaliação técnica realizada pelos instrutores confirmou o baixo domínio prático dos cursistas



durante as atividades simuladas. Os resultados demonstram a necessidade urgente de investimentos contínuo em formação, estruturação de protocolos e adequação física das escolas, especialmente em territórios de maior vulnerabilidade social. Conclui-se que o fortalecimento da educação em primeiros socorros é essencial para garantir resposta imediata, segura e eficaz diante de emergências no ambiente escolar, contribuindo para a proteção da vida e redução dos riscos associados a acidentes infantis.

Palavras-chave: Saúde Escolar; Obstrução das Vias Aéreas; Capacitação Profissional; Maranhão (Brasil)

ABSTRACT

The increase in choking incidents in Brazil, particularly among children, highlights in a concerning manner the need for continuous first aid training within the school environment. Law No. 13,722/2018, known as the Lucas Law, established mandatory guidelines for the training of teachers and staff in educational institutions. However, despite this regulatory advancement, significant challenges remain regarding the practical and effective implementation of these measures, especially in public schools located in socially vulnerable areas. This study aimed to analyze the theoretical and practical knowledge of professionals working in daycare centers and municipal schools in São Luís and Paço do Lumiar regarding initial emergency care, with emphasis on Foreign Body Airway Obstruction (FBAO), one of the leading causes of severe accidents and preventable deaths in childhood. This research was classified as a mixed-method (qualitative–quantitative) approach and involved 193 professionals during a training program offered by the State Department of Education (SEDUC) in partnership with the Maranhão Military Fire Department (CBMMA). Data were collected through electronic and printed forms, enabling analysis of participants' profiles, perceptions, and levels of preparedness. The results revealed significant deficiencies: 62% of participants did not feel prepared to respond to any type of emergency; 74% were unfamiliar with the Emergency Action Plan (EAP); and 73% did not have access to a Pre-Hospital Care (PHC) kit within their school units. The technical assessment conducted by instructors confirmed the participants' low level of practical competence during simulated activities. The findings demonstrate the urgent need for continuous investment in training, protocol development, and physical infrastructure improvements in schools, particularly in socially vulnerable territories. It is concluded that strengthening first aid education is essential to ensure an immediate, safe, and effective response to emergencies in the school environment, thereby contributing to life protection and the reduction of risks associated with childhood accidents.

Keywords: School Health; Airway Obstruction; Professional Training; Maranhão (Brazil)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)





[International License.](#)

1 INTRODUÇÃO

Diante da crescente incidência de casos de engasgo no Brasil, a elevação dos índices de mortalidade por Obstrução das Vias Aéreas por Corpo Estranho (OVACE) tem se consolidado como um relevante indicador de vulnerabilidade em saúde pública. O estudo *“Engasgo no Brasil: uma análise da prevalência, causas e medidas de prevenção”* identificou, a partir de dados do Ministério da Saúde do Brasil, que, no período de 2009 a 2019, ocorreram 2.148 óbitos por engasgo em crianças de 0 a 9 anos de idade no país, evidenciando a gravidade do problema (Galvão, Lacerda e César, , (2024). Ainda segundo Galvão, Lacerda e César (2024), pesquisas da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) apontam que crianças menores de cinco anos são particularmente mais suscetíveis à aspiração de corpos estranhos, em função das características anatômicas e do comportamento exploratório típico dessa faixa etária. O Ministério da Saúde, por meio dos dados do DATASUS, corrobora essa perspectiva ao relatar que o engasgo está entre as principais causas de morte acidental infantil no Brasil, sendo responsável por um número expressivo de hospitalizações e óbitos a cada ano (Galvão, Lacerda e Cesar , 2024).

Diante desse cenário, tais estatísticas evidenciam a urgência da implementação de estratégias preventivas e educativas voltadas à capacitação da população em primeiros socorros, com ênfase no reconhecimento precoce e na intervenção imediata em casos de obstrução das vias aéreas. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de ações sistematizadas que promovam não apenas a difusão de informações teóricas, mas também o desenvolvimento de habilidades práticas capazes de assegurar uma resposta rápida, segura e eficaz diante de situações de emergência. Nesse sentido, a adoção de programas permanentes de treinamento, especialmente no ambiente escolar, configura-se como medida estratégica. A escola constitui um espaço de convivência diária e prolongada de crianças em diferentes faixas etárias, muitas delas pertencentes ao grupo de maior vulnerabilidade para ocorrência de OVACE, o que reforça a importância da capacitação de professores, funcionários e demais membros da



comunidade escolar para a identificação precoce e o manejo adequado dessas situações de risco.

Em resposta a esse cenário, a promulgação da Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, tornou obrigatória a capacitação básica em primeiros socorros para professores e funcionários de instituições de ensino públicos e privados em âmbito nacional. A legislação também estabelece que as instituições devem dispor de kits de primeiros socorros, afixar em local visível a certificação que comprove a realização da capacitação e manter articulação com a rede de urgência e emergência local. O descumprimento dessa disposição pode acarretar penalidades administrativas como notificação, multa e até cassação do alvará de funcionamento (Brasil, 2018). Nesse contexto, a exigência normativa reforça a importância de implementar medidas voltadas à capacitação em primeiros socorros nas escolas, demandando o comprometimento do poder público na oferta de recursos adequados para formação e preparo dos profissionais da educação.

Sendo assim, é essencial que os professores estejam preparados e capacitados para atuarem em situações de emergência ocorridas durante o período escolar, uma vez que, na maioria dos casos, são primeiros a ter contato com a vítima e a prestar o atendimento no ambiente escolar. Contudo o estudo de Silva et al. (2017) evidencia que muitos docentes apresentam dificuldades significativas em prestar assistência em situação de urgência escolar, sobretudo em decorrência da insuficiência do conhecimento específico sobre primeiros socorros. Tal lacuna está relacionada, em grande medida, à ausência ou à limitada oferta de disciplina específica em primeiros socorros, nos cursos de formação inicial de professores, para auxiliá-los em uma intercorrência.

Essa dificuldade, entretanto, não se restringe apenas à formação individual dos profissionais. Muitas escolas, especialmente aquelas localizadas em regiões socialmente vulneráveis, enfrentam grandes dificuldades para se adequar às exigências legais de segurança institucional, principalmente no que se refere à formação de brigadas orgânicas e à regularização das medidas de prevenção e combate a incêndio.

Paralelamente, a sociedade tem papel essencial no acompanhamento dessas ações, atuando na fiscalização de sua execução, na denuncia de eventuais falhas e na participação ativa em iniciativas educativas voltadas à prevenção de acidentes e à



promoção da segurança no ambiente escolar. A proteção da vida e da integridade física dos estudantes deve ser compreendida como um dever coletivo, que ultrapassa a responsabilidade individual do professor e envolve toda a comunidade (Necker; Silva, 2019). Nessa perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que é responsabilidade conjunta da família, da sociedade e do poder público garantir, com prioridade absoluta, os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, incluindo o acesso à proteção e ao socorro em qualquer circunstância (Brasil, 1990).

Nesse contexto, cabe mencionar ainda o Programa Saúde na Escola, instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286, como uma política intersetorial desenvolvida pelos Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de promover ações de prevenção, promoção e atenção à saúde no ambiente escolar (Brasil, 2007). Entre suas diretrizes, o programa prevê a realização de atividades educativas e formativas voltadas à capacitação de profissionais da educação para o manejo de situações que possam envolver riscos à saúde dos estudantes, incluindo noções básicas de primeiros socorros. Dessa maneira, a Lei nº 13.722 ratifica as diretrizes do Programa Saúde na Escola e contribui para o fortalecimento de estratégias de prevenção e cuidado no espaço escolar, ao incentivar a integração entre as áreas da saúde e da educação e promover a formação de profissionais mais capacitados para lidar com situações de emergência.

Diante do exposto, torna-se pertinente questionar se os profissionais que atuam no ambiente escolar estão preparados ou têm conhecimento adequado para responder as situações de emergência até a chegada do atendimento especializado. Dessa maneira, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: os profissionais que atuam nas creches e escolas municipais de São Luís e Paço do Lumiar, ambas no Maranhão, possuem conhecimento teóricos e/ou práticos em primeiros socorros suficientes para prestar assistência inicial eficaz em situações de emergência no ambiente escolar?

A escolha pelo ambiente escolar como foco do estudo justifica-se pelo fato de crianças e adolescentes passarem, em média, um terço do dia na escola ou em seu trajeto, o que torna esse espaço central para estratégias de promoção da saúde e prevenção de acidentes (Liberal et al., 2005). Além disso, a decisão de concentrar a pesquisa em escolas de bairros periféricos está relacionada a fatores de vulnerabilidade



territorial. Informações da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) e do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) indicam que, entre 2019 e 2021, essas áreas registram a maior parte dos 2.568 atendimentos de emergência envolvendo crianças em São Luís e Paço do Lumiar (MARANHÃO, 2025). Essa combinação de alta permanência no ambiente escolar e maior incidência de ocorrências em territórios socialmente vulneráveis reforça a necessidade de investigar o nível de preparo dos profissionais da educação para atuar em situações de emergência, bem como a necessidade de fortalecer ações de capacitação em primeiros socorros nessas localidades.

Portanto, o objetivo da pesquisa foi avaliar o nível de conhecimento teórico e prático em primeiros socorros dos professores e demais profissionais das creches e escolas municipais públicas de São Luís e Paço do Lumiar, no Maranhão, visando verificar sua capacidade de prestar assistência inicial em situações de emergência no ambiente escolar, conforme preconiza a Lei nº 13.722/2018.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como abordagem mista, quali-quantitativa, desenvolvida por meio de pesquisa de campo com profissionais de escolas públicas localizadas em áreas de vulnerabilidade socioeconômica. A seleção das instituições participantes ocorreu em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e o Corpo de Bombeiro Militar do Maranhão (CBMMA). Ao todo, foram incluídas 46 escolas, totalizando 193 profissionais capacitados. Essas instituições atendem predominantemente crianças matriculadas nos anos iniciais do ensino fundamental, público que apresenta maior vulnerabilidade em situações de emergência, o que reforça a importância da capacitação em atendimento pré-hospitalar no ambiente escolar.

A coleta de dados ocorreu em dois momentos, nos dias 09 e 10 de abril de 2025. As atividades foram realizadas em dois locais: no Centro de Ensino Rio Grande do Norte, situado no bairro Radional, no município de São Luís, e na Escola Comunitária Pão da Vida, localizada na Vila Epitácio Cafeteira, no município de Paço do Lumiar. Essas instituições funcionaram como espaços de realização das capacitações e aplicação dos instrumentos de coleta de dados..



Os dados foram obtidos por meio de um formulário elaborado na plataforma Google Forms, disponibilizado eletronicamente aos profissionais participantes. Para aqueles que apresentaram dificuldade de acesso à plataforma, foi fornecida uma versão impressa do instrumento. O primeiro questionário, destinado aos colaboradores das escolas, continha oito perguntas objetivas, além de informações sociodemográficas, como nome da escola, idade, sexo e função exercida

As questões abordaram aspectos relacionados à participação prévia em curso de primeiros socorros; experiência anterior na prestação de atendimento a alunos em situações como engasgo, fraturas ou crises convulsivas; autopercepção de preparo para lidar com tais situações; identificação dos tipos de emergências para as quais se sentiam aptos a atuar, incluindo: parada cardiorrespiratória, engasgo, hemorragias, fraturas, queimaduras, crises convulsivas, reações alérgicas, hipoglicemia e crises de ansiedade; conhecimento sobre números de emergência; realização de treinamentos anuais de Primeiros Socorros e Atendimento Pré-Hospitalar (APH) na escola; existência de Plano de Atendimento Emergencial (PAE); e disponibilidade de kit de APH na instituição.

Foi aplicado um segundo questionário, também elaborado na plataforma Google forms, destinado exclusivamente aos seis instrutores responsáveis pela capacitação, com o objetivo de identificar suas percepções acerca do engajamento, da compreensão e do comportamento dos participantes durante as atividades formativas. Esse instrumento foi composto por sete perguntas objetivas, abordando aspectos como: interesse e engajamento dos participantes; coerência entre o conhecimento declarado pelos cursistas e o desempenho prático observado; percepção sobre a existência e aplicabilidade do Plano de Atendimento Emergencial (PAE); identificação e utilização do Kit de Atendimento Pré-Hospitalar (APH); avaliação da oferta de treinamentos periódicos pela escola; importância da capacitação em primeiros socorros no ambiente escolar; e análise da estrutura institucional para o enfrentamento de situações de emergência.

Todos os participantes da pesquisa foram previamente informados sobre os objetivos, os procedimentos e finalidade da pesquisa. Ademais, foram assegurados o sigilo e o anonimato dos participantes, mediante assinatura do Termo de



Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com os princípios éticos que regem pesquisas envolvendo seres humanos.

Ressalta-se que o instrumento de coleta foi previamente submetido à validação de conteúdo por especialistas, com o objetivo de assegurar a clareza, a pertinência e a adequação das questões aos objetivos da pesquisa e ao público-alvo. O processo de validação contou com a colaboração de três avaliadores com experiência em áreas relacionadas ao estudo. Participaram dessa etapa Helen Garcenia Maia de Almeida Silva, profissional com formação em Letras, habilitação em Língua Inglesa e especialização em Linguística Aplicada à Língua Portuguesa, atuante no ensino fundamental; por Luesley Brito de Sousa, 1º Tenente do CBMMA; e por Jorge de Jesus Passinho Segundo, Engenheiro em Segurança no Trabalho. As contribuições desses especialistas possibilitaram o aprimoramento técnico e científico do formulário, garantindo maior consistência e adequação do instrumento de coleta de dados.

Após o preenchimento dos formulários, os dados foram organizados e tabulados em planilha eletrônica no Microsoft Excel®, o que possibilitou a realização de estatística descritiva para análise quantitativa das variáveis investigadas. Foram calculadas frequências absolutas e relativas, permitindo a sistematização e interpretação dos resultados quantitativos. Paralelamente, as respostas discursivas foram submetidas à análise qualitativa, com o objetivo de identificar padrões de percepção, nível de conhecimento e principais lacunas relacionadas aos primeiros socorros no ambiente escolar. Os achados obtidos foram posteriormente organizados e interpretados para composição da seção de Resultados e Discussão.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

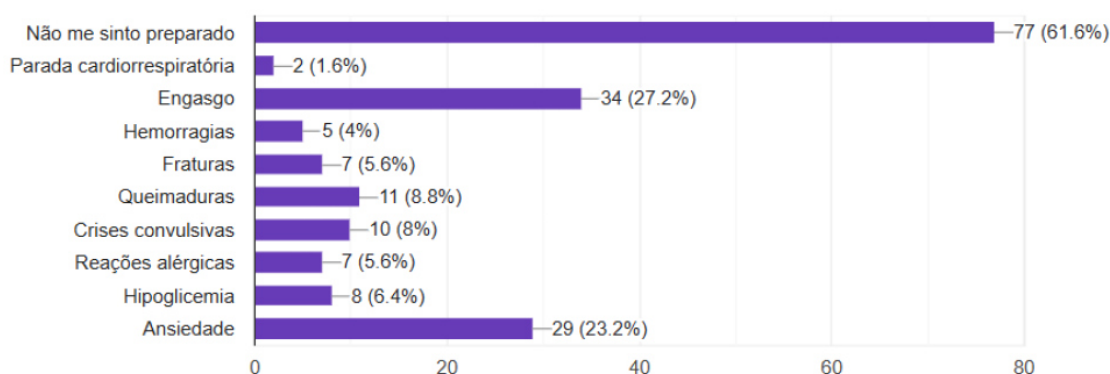
A análise dos 193 formulários aplicados revelou importantes lacunas no preparo dos profissionais para atuar diante de situações de emergência no ambiente escolar. Em relação à participação prévia em cursos de primeiros socorros, observou-se que 52% dos participantes relataram já ter realizado algum tipo de treinamento, enquanto 48% afirmaram nunca ter participado de capacitação semelhante.

Quando questionados sobre a vivência de situações que exigissem prestação de primeiros socorros a aluno, apenas 21% responderam afirmativamente, enquanto 79%

declararam nunca ter enfrentado por tal experiência. Entre os profissionais que já precisaram intervir em situações emergenciais, 60% afirmaram não se sentir preparados no momento da ocorrência, enquanto apenas 40% relataram ter se sentido aptos a lidar com a ocorrência.

A percepção de preparo para enfrentar diferentes tipos de urgências revelou um cenário significativo de insegurança. Conforme demonstrado na (Figura 1), 62% dos participantes declararam não se sentir preparados para nenhuma das situações de emergências apresentadas. Entre aqueles que indicaram algum nível de prontidão, o preparo mais frequentemente mencionado foi para situações de engasgo (27%), seguido por episódios de ansiedade (23%). Outras ocorrências apresentaram percentuais ainda mais reduzidos de autopercepção de preparo, como queimaduras (9%), hipoglicemia (6%), crises convulsivas (8%), reações alérgicas (6%), fraturas (6%) e hemorragias (4%). Destaca-se, ainda, o baixíssimo percentual de profissionais que afirmam sentir-se preparados para atuar em casos de parada cardiorrespiratória (2%), uma das situações de maior gravidade e que exige intervenção imediata. .

Figura 1. **Autopercepção do preparo dos profissionais para atuação em situações de emergência no ambiente escolar**



Fonte: Autores (2025)

No que se refere ao acionamento de serviços de emergência, observou-se que 65% dos participantes afirmaram saber quais números contatar em situações emergenciais, enquanto 35% declararam desconhecer essa informação. Esse dado indica que uma parcela significativa dos profissionais ainda apresenta lacunas em conhecimentos básicos relacionados aos procedimentos iniciais de resposta a emergências. Quanto à realização de treinamentos internos promovidos pelas escolas,



52% dos profissionais relataram que as escolas oferece algum tipo de capacitação anual voltado ao atendimento de emergência, ao passo que e 48% afirmaram que esse tipo de treinamento não é realizado. . Quanto à existência de um PAE, apenas 26% dos respondentes indicaram que a instituição possui esse documentno, enquanto 74% informaram não possuir esse documento.

Situação semelhante foi observada no que diz respeito à disponibilidade de materiais de atendimento pré-hospitalar. Apenas 27 % dos participantes afirmaram que as escolas dispõem de um kit de atendimento pré-hospitar (APH), enquanto 73% declararam não possuir o equipamento. Esses resultados já evidenciam fragilidades organizacionais das escolas para o enfrentamento das situações emergenciais e reforçam a necessidade de atendimento dos protocolos, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13,722/2018 (Lei Lucas), que prevê a capacitação em primeiros socorros no ambiente escolar.

A percepção dos instrutores responsáveis pela capacitação confirmou muitas das fragilidades relatadas pelos profissionais participantes. De acordo com os instrutores, todos os cursistas demonstraram interesse em aprender os conteúdos apresentados; porém, observou-se que, embora a maioria afirmassem possuir conhecimento prévio sobre os primeiros socorros, a maioria não conseguiu demonstrá-lo na prática. Em relação aos treinamentos anuais mencionados pelos cursistas, 100% dos instrutores afirmaram que o nível de preparo observado durante a capacitação não condizia com alguém que recebe formação regular. Além disso, nenhum dos participantes demonstrou conhecimento sobre o PAE, tampouco foi capaz de identificar ou descrever um kit de APH.

Todos os instrutores consideraram o treinamento em primeiros socorros como essencial e de caráter obrigatório no contexto escolar, destacando a importância das capacitações de forma periódica. Ademais, relataram que não foi possível avaliar se as escolas utilizam como local da capacitação possuía estrutura mínima para o enfrentamento das emergências. Esses resultados reforçam a necessidade de implementação efetiva de medidas em consonância com as diretrizes previstas pela Lei nº 13.722/2018.

Os resultados deste estudo evidenciam fragilidades significativas no preparo dos profissionais da educação para lidar com situações de emergência, nas escolas objeto



de estudo. Tal cenário é corroborado por Galindo Neto et al. (2017), ao destacarem que, devido à formação voltada prioritariamente para a área pedagógica, os professores apresentam insegurança e despreparo para prestar primeiros socorros no ambiente escolar. Apesar de parte dos cursistas relatar já ter participado de treinamentos, mais de 60% afirmaram não se sentir preparados para atuar diante de urgências, o que reforça a insuficiência da formação atualmente oferecida. Tal achado converge com o que Liberal et al. (2005) apontam ao discutir que, embora a escola seja um ambiente onde crianças passam grande parte do dia, é essencial que todos os profissionais estejam devidamente preparados para enfrentar as diversas situações que envolvem o cuidado e a proteção de crianças e adolescentes, principalmente em um contexto social que os deixa tão expostos e vulneráveis.

A diferença entre o conhecimento declarado pelos profissionais e o desempenho observado pelos instrutores durante as simulações revela que o despreparo é mais profundo do que a autopercepção inicial sugeria. Esse comportamento pode estar associado a fragilidades na governança institucional, nas quais o profissional adota posicionamentos que não refletem plenamente a realidade, influenciado pela pressão no ambiente laboral e pelo receio de sanções. Tal interpretação é reforçada pela divergência entre a autodeclaração de participação em treinamentos e a avaliação unânime dos instrutores quanto à insuficiência do preparo prático, indicando capacitações de caráter predominantemente teórico, de baixa efetividade ou inexistentes. Embora ainda pouco explorada no contexto acadêmico regional, essa temática demanda aprofundamento em pesquisas futuras, a fim de compreender seus impactos sobre a efetividade das ações de capacitação em segurança escolar. Fioruc et al. (2008) ressaltam que a falta de conhecimento da população pode gerar diversas falhas no atendimento inicial, como o manuseio inadequado da vítima e a busca desnecessária por serviços especializados de emergência. Considerando que o atendimento inicial em situações críticas é determinante para preservar a vida, a insegurança demonstrada pelos participantes constitui um fator de grande preocupação.

Outro ponto crítico revelado pelos resultados foi o desconhecimento generalizado sobre o PAE e sobre o kit de APH. Essa lacuna estrutural é coerente com o apontado por Qureshi et al. (2018), que evidenciam que, mesmo quando as escolas



dispõem de uma caixa de primeiros socorros, seu conteúdo e manutenção costumam ser insuficientes, comprometendo a resposta a situações de emergência.

Embora 27 profissionais tenham indicado domínio da manobra de engasgo, esse quantitativo ainda se mostra insuficiente diante da relevância dessa emergência. A literatura especializada reforça essa preocupação ao destacar que, em situações de acidentes ou mal súbito no ambiente escolar, os professores e demais profissionais geralmente são as prováveis testemunhas e, conseqüentemente, os principais responsáveis pelo primeiro atendimento aos estudantes (Galindo Neto et al., 2017). Contudo, quando essa responsabilidade não é acompanhada da devida capacitação, a falta de preparo relatada pelos cursistas, amplia o risco de desfechos graves.

Por fim, a percepção dos instrutores de que os profissionais participantes não demonstraram habilidades compatíveis com quem recebe treinamentos regulares, reforça a necessidade urgente de institucionalização da formação continuada. Nesse sentido, Fioruc et al. (2008) reforçam que cursos básicos de primeiros socorros são capazes de minimizar agravos e capacitar os profissionais para agir de maneira adequadas diante das principais emergências. Assim, a capacitação sistemática contribui não apenas para o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também para o fortalecimento da confiança dos profissionais ao enfrentarem situações críticas.

Assim, os achados deste estudo, aliados às evidências da literatura, demonstram de forma consistente que investir em capacitação permanente, implementação de protocolos, estruturação do PAE e disponibilização de kits de APH constitui medida indispensável para promover um ambiente escolar mais seguro, especialmente em regiões periféricas, onde a vulnerabilidade social aumenta a probabilidade de ocorrências emergenciais. Além disso, destaca-se a importância da avaliação externa realizada pelos formadores durante as capacitações, uma vez que essa perspectiva permite identificar lacunas reais do conhecimento dos profissionais que atuam nas escolas..

Ademais, deve-se considerar que a implementação de medidas voltadas à segurança no ambiente escolar envolve investimentos financeiros relacionados à realização de treinamentos periódicos, à estruturação de protocolos de emergência e à aquisição de equipamentos básicos de atendimento pré-hospitalar. Contudo, tais investimentos não devem ser compreendidos apenas como um cumprimento de



exigências legais, mas como uma estratégia para prevenção no ambiente escolar e à redução de riscos associados a acidentes e emergências.

Nesse sentido, um levantamento informal realizado em novembro de 2025 junto à empresa JSEG Engenharia, especializada em treinamentos e assessoria técnica na área de segurança, apontou um custo individual relativamente baixo, estimado em R\$ 150,00 por participante para capacitações básicas. Entretanto, esse valor torna-se mais expressivo diante do número de colaboradores a serem treinados nas escolas. Soma-se a isso a obrigatoriedade da participação de um profissional credenciado para emissão de laudo técnico e documentos exigidos por lei, cujo custo, segundo a mesma consulta, gira em torno de R\$ 1.500,00. Além disso, a regularização completa das instituições de ensino também demanda adequações físicas, previstas na Lei Estadual nº 11.390/2020 (MARANHÃO, 2020), que estabelece como medidas obrigatórias de segurança contra incêndio a instalação e manutenção de extintores, a sinalização apropriada das rotas de fuga, a fixação de placas de emergência e a implementação de sistemas de iluminação de emergência, o que onera ainda mais o processo de conformidade.

Dessa forma, embora esse conjunto de investimentos possa ser relativamente acessível para instituições privadas ou com maior disponibilidade orçamentária, ele tende a representar um obstáculo significativo para unidades escolares que dispõem de com poucos recursos financeiros e estruturais, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica.

4 CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que uma parcela significativa dos profissionais das escolas públicas investigadas não possui preparo suficiente para atuar em situações de emergência, especialmente em casos de engasgo, que figuram entre as principais causas de morte acidental infantil. A limitada demonstração de habilidades práticas, associadas ao desconhecimento do PAE e à ausência de kits de APH, revela fragilidades estruturais que comprometem diretamente a segurança dos alunos no ambiente escolar.

Os achados também indicam que a insuficiência de apoio técnico e financeiro direcionado às escolas públicas contribui para a dificuldade de implementação das



medidas de segurança exigidas pela Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas). Nesse contexto, recomenda-se a adoção de estratégias institucionais que garantam e/ou ampliem o acesso à capacitação em primeiros socorros nas escolas.

Diante desse cenário, torna-se necessária a adoção de medidas estruturantes capazes de mitigar as dificuldades enfrentadas por escolas localizadas em contextos de vulnerabilidade social, com vistas a assegurar o cumprimento das exigências legais e a ampliar o acesso ao conhecimento em primeiros socorros e prevenção de incêndios, ainda insuficientemente difundido no cotidiano escolar. Para tanto, recomenda-se a adoção de ações articuladas entre municípios, por meio da criação de consórcios intermunicipais que viabilizem a capacitação de profissionais a custos reduzidos, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura de segurança no ambiente educacional.

Valida-se a hipótese de que a insuficiência de apoio financeiro direcionado às escolas públicas contribui significativamente para a ausência de brigadas orgânicas e para a não regularização das medidas de segurança contra incêndio e emergência. Além disso, a inexistência de programas de capacitação gratuitos ou subsidiados dificulta o acesso dos profissionais da rede pública à formação adequada em primeiros socorros. Os achados deste estudo reforçam que a simples existência da Lei nº 13.722/2018 (Lei Lucas), embora fundamental, não é suficiente para assegurar sua implementação plena. Sem suporte técnico, financeiro e institucional, a responsabilização recai injustamente sobre escolas que já operam em condições limitadas.

Considera-se ainda que a implementação de parcerias entre o setor público e instituições privadas pode representar uma alternativa viável para mitigar custos e viabilizar a regularização das condições de segurança em escolas de maior fragilidade socioeconômica. Nesse contexto, recomenda-se a criação, pela SEDUC/CBMMA, de um modelo padrão de PAE, a ser adotado por todas as unidades escolares, de modo a promover a padronização de procedimentos, facilitar a implementação das medidas de segurança e ampliar a efetividade da resposta a situações emergenciais. A institucionalização de treinamentos periódicos, aliada à elaboração e à divulgação de protocolos claros de resposta a emergências, deve ser incorporada às rotinas escolares de forma contínua e sustentável.



Conclui-se que capacitar os profissionais que atuam nas diversas funções do ambiente escolar em primeiros socorros não apenas fortalece a segurança dentro da instituição, mas também contribui para a construção de uma cultura de cuidado. Professores, auxiliares, gestores e demais funcionários tornam-se agentes multiplicadores capazes de disseminar práticas preventivas e de resposta imediata, ampliando os efeitos positivos para além dos muros da escola. Assim, a consolidação de uma cultura de primeiros socorros nas instituições de ensino emerge como estratégia imprescindível para reduzir riscos, preservar vidas e promover ambientes educacionais verdadeiramente seguros.

5 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 jun. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 mar 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13722.htm Acesso em: 01 jun. 2025.
- FIORUC, Bianca Elisabete.; MOLINA, Ana Claudia; JUNIOR, Walter Vitti; LIMA, Silvana Andréa Molina. Educação em saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior do estado de São Paulo. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 10, n. 3, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5216/ree.v10.46619>.
- GALINDO NETO, Nelson Miguel et al. Primeiros socorros na escola: construção e validação de cartilha educativa para professores. Acta Paul Enferm. 2017; 30(1):87-93. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/19820194201700013>
- GALVÃO, Mariana Cristylen; LACERDA, Ana Luiza Andrade de; CÉSAR, Flaviane Cristina Rocha. ENGASGO NO BRASIL: uma análise da prevalência, causas e medidas de prevenção. In: VIII COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR, VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR E I CONGRESSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIFIMES, 2024. Anais COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2527-2500. Publicado em: 17 set. 2024. Disponível em: https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/pt_BR/issue/view/52. Acesso em: 01 de novembro de 2025.



LIBERAL, Edson Ferreira; AIRES, Roberto Tschoepke; AIRES, Mariana Tschoepke; OSÓRIO, Ana Carla de Albuquerque. Escola segura. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, Suplemento, p. S155-S163, 2005.

MARANHÃO. Lei nº 11.390, de 16 de dezembro de 2020. Institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das Edificações e Áreas de Risco no Estado do Maranhão. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, São Luís, 16 dez. 2020. Disponível em: <https://cbm.ssp.ma.gov.br/cbmma/institucional/legislacao/#1495502090878-9ea932b7-7b82>. Acesso em: 10/11/2025.

MARANHÃO. Secretaria de Segurança Pública (SSP-MA). Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS). Total de atendimentos de emergência envolvendo crianças na Ilha do Maranhão, 2019-2021. São Luís, 2025. Dados não publicados, fornecidos pelo setor de análise estatística da SSP-MA.

NECKER, J. A.; DA SILVA, A. L. S. Análise sobre o conhecimento teórico e prático em primeiros socorros dos professores de Educação Física na rede de ensino de São Martinho – SC. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Educação Física Licenciatura da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12542>. Acesso em: 01 jun. 2025.

Qureshi FM, Khalid N, Nigah-E-Mumtaz S, Assad T, Noreen K. First aid facilities in the school settings: Are schools able to manage adequately? *Pak J Med Sci*. 2018 Mar-Apr;34(2):272-276. doi: 10.12669/pjms.342.14766. PMID: 29805392; PMCID: PMC5954363.

SILVA, Larissa Graziela Sousa da; COSTA, Josias Botelho da; FURTADO, Letícia Gemyrna Serrão; TAVARES, Jonatas Bezerra; COSTA, José Leandro Diniz. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: Intervenção em unidade de ensino. *Enfermagem em Foco*, Brasília, v. 8, n. 3, p. 25-29, 2017. DOI: 10.21675/2357-707X.2017.v8.n3.893

OBS: Em RELATOS DE CASO, o autor pode alterar os topicos do MODELO para meelehor adequação da apresentação do caso.